



# IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME

Leme, 26 de Outubro de 2019 • Número 2786 • [www.leme.sp.gov.br](http://www.leme.sp.gov.br)

## LEI COMPLEMENTAR Nº 794, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

*“Dispõe sobre o Parcelamento do Solo e Urbanizações Especiais no Município de Leme.*”

O Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### Capítulo I - Dos Objetivos

Art. 1º A presente lei regulamenta o Parcelamento do Solo e as Urbanizações Especiais para fins urbanos no Município de Leme, observadas as disposições das legislações federal e estadual, tendo em vista os seguintes objetivos:

- I. Estimular e orientar o desenvolvimento urbano;
- II. Garantir a qualidade de vida, no território do município, através do controle de adensamento da ocupação e da utilização planejada da infraestrutura existente;
- III. Assegurar a reserva e localização adequada de espaços destinados ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas.

Parágrafo único: Os parcelamentos do solo e as urbanizações especiais para fins urbanos só poderão ser executados nas Macrozonas urbana e de Expansão Urbana, definidas por legislação específica.

Art. 2º Para atender às suas finalidades, são sistematizados os elementos componentes do parcelamento e urbanizações especiais do Município da seguinte forma:

- I. Parcelamento do Solo (Urbanização de Terrenos);
- II. Urbanizações Especiais.

Art. 3º São partes integrantes desta lei os seguintes Anexos:

- I. Glossário de palavras, siglas e termos utilizados nesta lei;
- II. Pedido de diretrizes para loteamento.

### TÍTULO II - DA URBANIZAÇÃO

#### CAPÍTULO I - DO PARCELAMENTO DO SOLO

##### Seção I - Dos Dispositivos Gerais

Art. 4º Os parcelamentos do solo e as urbanizações especiais para fins urbanos só poderão ser executados nas Macrozonas Urbana e de Expansão Urbana, assim caracterizados:

§ 1º. Loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º. Lote é o terreno resultante do parcelamento do solo para fins urbanos com frente para via pública e dotado de infraestrutura urbana básica cujas dimensões atendam aos parâmetros e índices urbanísticos definidos por esta Lei.

§ 3º. Infraestrutura urbana básica abrange os equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, de iluminação pública, de coleta e tratamento de esgotos sanitários, de abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação pavimentadas e arborização dos passeios e das áreas verdes.

§ 4º. Desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique em abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes.

§ 5º. Fracionamento é a subdivisão de gleba ou lote em até seis lotes destinados à edificação, observadas as disposições do parágrafo anterior.

§ 6º. Desdobro é a subdivisão de lote em até dois lotes destinados à edificação.

Art. 5º Todo e qualquer loteamento, arruamento, desmembramento, fracionamento ou desdobro de terrenos na área urbana ou de expansão urbana são regidos por esta lei, obedecidas as normas federais e estaduais relativas à matéria.

Art. 6º Toda aprovação e licença de execução de urbanização de terrenos no Município dependerá de anuência do Chefe do Executivo, mediante análise prévia da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano.

Art. 7º Quanto à urbanização de terrenos, é competência do Executivo, na forma da legislação federal vigente:

- I. Obrigar a sua subordinação às necessidades locais, inclusive no que se refere à destinação dos terrenos, para permitir o desenvolvimento do Município de forma ordenada, com os pareceres técnicos pertinentes;

II. Recusar a sua aprovação ainda que seja para evitar excessivo número de lotes, com o conseqüente aumento de investimentos em obras de infraestrutura e custeio de serviços em condições antieconômicas.

§ 1º. Os loteamentos e desmembramentos não poderão receber denominação igual à utilizada para identificar outros setores da cidade já existentes;

§ 2º. A identificação de vias e logradouros públicos, antes da sua denominação oficial, só poderá ser feita por meio de números ou letras.

#### Seção II - Dos Terrenos a Urbanizar

Art. 8º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zona urbana ou de expansão urbana.

§ 1º. Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos:

- I. em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II. em encostas nas proximidades de nascentes e cursos d'água, conforme legislação pertinente;
- III. em áreas que apresentem cobertura vegetal de grande porte passível de preservação;
- IV. em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública até sua correção;
- V. em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências técnicas específicas formuladas pela Prefeitura Municipal de Leme;
- VI. em terrenos onde as condições geológicas não aconselham edificação;
- VII. em áreas de preservação ambiental definidas por lei federal e pelo Plano Diretor.

VIII. localizados em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias adequadas;

IX. localizados em áreas com reservas naturais em relação às quais há interesse coletivo de sua proteção;

X. localizados em áreas de interesse público.

§ 2º. Os cursos de água não poderão ser aterrados, tubulados, modificados ou impedidos sem autorização escrita da Prefeitura, que ouvirá os órgãos ambientais competentes;

§ 3º. Quando necessário, a Prefeitura com base em fundamentado e circunstanciado laudo técnico, determinará as obras e serviços a serem executados pelo interessado previamente à aprovação do projeto de parcelamento do solo.

Art. 9º Em nenhum caso os arruamentos, loteamentos ou desmembramentos poderão prejudicar o escoamento natural das águas nas respectivas bacias hidrográficas e as obras necessárias serão executadas, obrigatoriamente, nas vias públicas ou em faixas “non aedificandi” reservadas para esse fim, sem ônus ao Município.

Art. 10 Não poderão ser arruados, loteados ou desmembrados os terrenos que forem julgados impróprios para a edificação, inconvenientes para a habitação, ou que prejudiquem o zoneamento estabelecido em lei específica.

Art. 11 É obrigatória a reserva de faixa “non aedificandi”, contados a partir das respectivas margens, em cada um dos lados de rios e córregos, com as dimensões definidas pelo Código Florestal - Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e alterações subsequentes, sem ônus para o Município, para garantir o escoamento superficial das águas pluviais, a implantação das canalizações, dos equipamentos urbanos e a construção de vias de circulação.

§ 1º. Serão reservadas, especificamente, as seguintes faixas “non aedificandi”:

I. às margens das Rodovias Estaduais e Ferrovias que atravessam ou que venham a atravessar o perímetro urbano, bem como às margens das faixas de domínio das linhas de transmissão de alta tensão da Concessionária de Energia Elétrica: faixa “non aedificandi” mínima de 10,00 (dez) m de cada lado, conforme Anexo VII da lei do Plano Diretor Municipal;

II. às margens de ribeirões e córregos que atravessam o perímetro urbano faixa “non aedificandi” de 45,00 (quarenta e cinco) m de cada lado da margem do ribeirão, sendo 30,00 (trinta) m para preservação permanente e 15,00 (quinze) m para sistema viário, conforme Anexo VII da Lei do Plano Diretor Municipal, considerando-se inclusa a faixa de preservação prevista no Código Florestal;

§ 2º. Na fixação da largura mínima da faixa “non aedificandi” não são computados os recuos das edificações.

§ 3º. Na urbanização de terrenos, quando julgado conveniente pela Prefeitura, poderá ser reservada faixa “non aedificandi” na frente, fundo ou laterais dos lotes, para efeito de colocação e manutenção de equipamentos de infra-estrutura urbana.

#### Seção II - Das áreas a serem reservadas

Art. 12 As áreas reservadas em todos os loteamentos, sem ônus para o Mu-

nício, destinadas ao sistema de circulação, espaços livres de uso público, áreas institucionais e áreas de bens dominiais, corresponderão a 45% (quarenta e cinco por cento), no mínimo, da área total da gleba, assim distribuídas:

- I. 20% (vinte por cento) para o sistema viário;
- II. 20% (vinte por cento) para espaços livres de uso público (áreas verdes/sistemas de lazer);
- III. 5% (cinco por cento) para áreas institucionais (equipamentos comunitários e equipamentos urbanos).

§ 1º. Não atingindo o sistema viário, a porcentagem prevista no inciso I deste artigo, a área necessária para complementar este índice será adicionada aos espaços livres de uso público (área verde/sistema de lazer) ou às áreas institucionais (equipamentos comunitários e urbanos), à critério da Administração Municipal;

§ 2º. A Prefeitura não poderá alienar a área prevista no inciso II deste artigo, nem outorgar o direito real da concessão de uso, devendo assegurar o uso indicado no Planejamento do Município, podendo permutar a área acima descrita com a do inciso III, dentro do mesmo loteamento;

§ 3º. A Prefeitura poderá alienar a área prevista no inciso III deste artigo, com outorga do direito real da concessão de uso, devendo assegurar o uso institucional indicado no Planejamento do Município, podendo permutar a área acima descrita com a do inciso II, dentro do mesmo loteamento;

§ 4º. Nos loteamentos para fins exclusivamente industriais, a área destinada a equipamentos urbanos e comunitários, previsto no inciso III deste artigo, poderá, a critério da Administração Municipal:

I. ser compensada, total ou parcialmente, com outros equipamentos urbanos ou comunitários ou obras de interesse do município, executadas a expensas do empreendedor, no mesmo loteamento ou em outro local, com investimento não inferior ao valor devidamente comprovado, da respectiva área urbanizada que seria destinada para equipamentos urbanos e comunitários;

II. ser destinada, total ou parcialmente, como bem dominial ou do patrimônio disponível do Município de Leme.

§ 6º. As áreas previstas neste artigo não poderão ficar encravadas entre lotes nem possuir declividade superior a 12% (doze por cento);

§ 7º. Cabe à Prefeitura Municipal estabelecer a melhor localização das áreas a serem reservadas em todos os loteamentos, de modo a garantir sua otimização de acordo com os fins a que se destinam.

#### Seção III - Das Vias e Logradouros

Art. 13 A abertura de vias e logradouros obedecerá às seguintes disposições, observando-se os ANEXOS VII e VIII do Plano Diretor Municipal:

I. As vias locais deverão ter largura mínima de 14,00 (quatorze) m com leito não inferior a 9,00 (nove) m – categoria G-1.

II. As vias locais dos Núcleos Rurais, terão largura de 14,00 (quatorze) m - categoria G-1.

III. As vias coletoras deverão ter largura mínima de 18,00 (dezoito) m com leito não inferior a 12,00 (doze) m – categoria G2.

IV. As vias que terminarem nas divisas do loteamento podendo sofrer prolongamento, terão obrigatoriamente 14,00 (quatorze) m no mínimo e leito carroçável de no mínimo 9,00 (nove) m.

V. As ruas sem acesso deverão ter a largura mínima de 14,00 (catorze) m com leito não inferior a 9,00 (nove) m, não podendo formar ângulos e devendo terminar em “cul-de-sac”.

VI. As ciclovias são aquelas destinadas ao uso de bicicletas, separadas fisicamente das vias destinadas ao tráfego motorizado e devem ser implantadas nas vias arteriais e vias coletoras, de acordo com necessidades específicas;

§ 1º. As praças de retorno das vias em “cul-de-sac”, deverão ter diâmetro mínimo de 24,00 (vinte e quatro) m.

§ 2º. As praças citadas no parágrafo anterior somente serão necessárias, quando as vias que terminarem nas divisas do loteamento tiverem lote ou lotes voltados para seu leito.

Art. 14 As vias públicas deverão adaptar-se às condições topográficas do terreno, com as seguintes declividades:

- I. máxima: em todas as categorias de vias 10% (dez por cento);
- II. mínima: em todas as categorias de vias 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

Art. 15 Às margens das faixas de estradas de ferro e de rodagem e APP de rios e córregos, será obrigatória a existência de rua de 15,00 (quinze) m de largura no mínimo – categoria G-5, conforme Anexo VII da lei do Plano Diretor Municipal.

Art. 16 A largura de uma via que constitui prolongamento de outra já existente ou constante de plano já aprovado pela Prefeitura não poderá ser inferior à largura desta última, ainda que, pela sua função e característica, possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 17 As vias dos loteamentos seguirão as diretrizes dadas pela Prefeitura Municipal de modo a integrarem-se na estrutura urbana e darem continuidade aos arruamentos já existentes, respeitando-se os requisitos da topografia local e segurança no trânsito.

Parágrafo único: Além do disposto no Plano Diretor, a concordância nos cruzamentos das vias urbanas deverá atender o raio mínimo de 9,00 (nove) metros.

Art. 18 Qualquer via ou logradouro terá obrigatoriamente projeto de alinhamento e nivelamento amarrados, topograficamente, em posição e altitude de referência firme, obedecidas as especificações do Plano Diretor.

Parágrafo único: O alinhamento e o nivelamento têm como finalidade garantir a continuidade e a conexão entre vias e logradouros, bem como assegurar que qualquer edificação seja executada em concordância com a via ou logradouro que lhe corresponde.

#### Seção IV - Das Quadras e Lotes

Art. 19 As quadras terão um perímetro máximo de 500,00 (quinhentos) m, não podendo seu comprimento ser superior a 204m (duzentos e quatro metros) e inferior a 80m (oitenta metros).

Art. 20 Os lotes resultantes dos loteamentos, tanto para uso residencial quan-

to para comércio e prestação de serviços, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

- I. As dimensões mínimas dos lotes são: área de 250,00 (duzentos e cinquenta) m<sup>2</sup> e frente de 10,00 (dez) metros;
- II. Terem, no caso de área igual ou superior a 360,00 (trezentos) m<sup>2</sup>, frente mínima de 12,00 (doze) metros, no caso de lotes residenciais;
- III. Terem, no caso de área igual ou superior a 600,00 (seiscentos) m<sup>2</sup>, frente mínima de 15,00 (quinze) metros.

§ 1º. Os lotes de esquina obedecerão ao alinhamento que corresponde aos raios de concordância estabelecidos no Plano Diretor;

§ 2º. As dimensões, os coeficientes de aproveitamento, taxas de ocupação e recuos serão constantes da legislação específica.

Art. 21 As dimensões mínimas dos lotes poderão ser reduzidas para até 154 (cento e cinquenta e quatro) m<sup>2</sup> e frente mínima de 7,00 (sete) m, desde que mesmo esteja inserido em Z.E.I.S - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL.

#### Seção V - Dos Serviços e Obras Obrigatórios

Art. 22 São obrigatórias a elaboração de projeto e a execução, pelo proprietário dos loteamentos, dos seguintes equipamentos de infra-estrutura:

- I. Terraplenagem do terreno;
- II. Implantação de guias, sarjetas e pavimentação asfáltica em todo sistema viário, conforme orientação e projeto aprovado pela Prefeitura Municipal;
- III. Arborização e plantio de grama em placas nos espaços livres de uso público (sistemas de lazer) e arborização nas vias públicas do loteamento, conforme orientação e projeto aprovado pela Prefeitura Municipal;
- IV. Calçamento em intertravado ou pedra portuguesa nos passeios públicos das áreas de uso público (área institucional, área verde, sistema de lazer);
- V. Extensão da rede de energia elétrica para uso domiciliar e iluminação pública em diodo emissor de luz – LED, obedecendo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a NBR 5101 e sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, nos padrões e critérios adotados pela concessionária local, sendo que os postes deverão ser de concreto armado.

VI. Delimitação dos lotes com marcos de concreto;

VII. Galerias de águas pluviais;

VIII. Rede de distribuição de água potável, incluindo sua extensão até a fonte abastecedora, quando necessário, inclusive colocação de hidrantes e derivações domiciliares, conforme especificações e projeto aprovado pela SAECIL;

IX. Rede de afastamento de esgoto sanitário, com local e forma de lançamento de resíduos ou de tratamento, além de derivações domiciliares, conforme especificações e projeto aprovado pela SAECIL;

X. Placa de obra fixada em local visível com dimensões mínimas de 3 (três) metros de largura por 2 (dois) metros de altura, com texto legível, indicando: nome do loteamento; razão social ou nome do empreendedor com endereço completo; nome do engenheiro responsável, endereço completo e número de registro no CREA/SP; data prevista para o término das obras de infra-estrutura;

XI. Sinalização vertical e horizontal de trânsito composta de, no mínimo, placas de sentido obrigatório e “Pare” e pintura de solo de “Pare”, conforme CTB - Código de Trânsito Brasileiro e orientação e projeto aprovado pela Prefeitura Municipal;

XII. Fornecimento e afixação das placas com as denominações de ruas e avenidas, bem como as de indicação de acesso ao novo bairro, conforme modelos e relação fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. A critério da Prefeitura poderá ser recolhido o valor correspondente ao número de placas, caso não haja as denominações dos logradouros públicos em tempo hábil.

Parágrafo único: O Município arcará com o consumo de energia elétrica da iluminação pública, citada no inciso IV, somente após a liberação definitiva do empreendimento nos termos do Decreto de Recebimento;

Art. 23 Como garantia das obras de infra-estrutura mencionadas no artigo anterior, o interessado deverá proceder conforme uma das opções abaixo:

I. Hipoteca de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos lotes previstos no projeto urbanístico;

II. Garantia através de carta de fiança bancária, depósito bancário caucionado em favor da Prefeitura Municipal ou ainda contratação de seguro que certifique a sua realização;

III. garantia sobre imóveis de propriedade do interessado, desde que sejam localizados no Município de Leme, Estado de São Paulo, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, mediante a devida comprovação através de certidões expedidas pela circunscrição imobiliária competente.

Parágrafo único: O valor da garantia exigida deverá ser, no mínimo, 20% (vinte por cento) superior à previsão do custo total das obras de infra-estrutura.

Art. 24 No decorrer da execução das obras, o Município poderá exigir do loteador, mediante prévia notificação, o reforço ou a substituição da garantia, sempre que aquela originariamente oferecida se tornar insuficiente para os fins a que se destina.

Art. 25 O loteador responderá, exclusiva e integralmente, pelas despesas da lavratura e do registro da escritura pública de hipoteca e/ou da carta de fiança, bem como pelos tributos incidentes sobre a operação.

Art. 26 No ato da aprovação do projeto, bem como na escritura de caução mencionada no artigo anterior deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador fica obrigado a executar, findo o qual perderá em favor do Município a área caucionada, caso não tenha cumprido as exigências mencionadas.

Art. 27 O prazo para execução das obras de infraestrutura previstas nesta

## IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME

AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 • LEME • SP

ADMINISTRAÇÃO: Wagner Ricardo Antunes Filho

RESPONSÁVEL: Patrícia de Queiroz Magatti

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Secretaria de Administração

Núcleo de Serviços Gráficos

Seção poderá ser de até 2 (dois) anos, prorrogável por mais 2 (dois) ano, dependendo do estágio das obras, a ser avaliado pelos órgãos municipais competentes, sendo que a presente prorrogação dependerá de requerimento devidamente fundamentado da parte interessada, justificando o benefício e anuência do Chefe do Executivo.

Art. 28 A Prefeitura poderá regulamentar por decreto, normas ou especificações adicionais para a execução dos serviços e obras exigidos por esta lei.

#### Seção VI - Do Plano de Parcelamento e sua Aprovação

Art. 29 O plano de parcelamento do solo compreende:

- I. Certidão de viabilidade;
- II. Certidão de diretrizes;
- III. Projeto urbanístico; e
- IV. Projetos de infraestrutura.

#### Subseção I - Do grupo Especial de Análise – GEA

Art. 30 Será criado e regulamentado pelo Poder Executivo Municipal, o Grupo Especial de Análise – GEA, composto por servidores públicos com qualificação técnica, a fim de assessorar a Administração Municipal nas seguintes atribuições:

- I. – analisar projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos planos de urbanização geradores de impacto, os Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social e os Planos de Urbanização Específica;
- II. – analisar projetos e emitir pareceres sobre a aprovação e a implantação de projetos e atividades classificadas nesta Lei como incômodas ou impactantes;
- III. – analisar os projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos empreendimentos resultantes da aplicação dos instrumentos de indução da política urbana, dispostos nesta Lei e nas demais leis urbanísticas do Município.
- IV. – proceder análise dos casos omissos, contraditórios e elaborar os devidos pareceres a serem submetidos à manifestação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

#### Subseção II - Da Certidão de Viabilidade

Art. 31 Antes da consulta prévia, o interessado deverá requerer à Prefeitura a certidão para viabilidade ou não de urbanização de imóvel, apresentando para esse fim os seguintes documentos:

- I. planta de localização da área para possível parcelamento do solo;
- II. preenchimento dos dados constantes do Anexo II do artigo 3º, parte integrante desta lei.

§ 1º A Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, ouvindo os demais órgãos municipais competentes, os quais se farão representar através do Grupo Especial de Análise – GEA, assinalará pela viabilidade ou não de urbanização, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§ 2º Se deferido o pedido, a certidão de viabilidade terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, sendo vedada a sua revalidação.

#### Subseção III - Da Certidão de Diretrizes

Art. 32 - Antes da elaboração do projeto urbanístico, o interessado, com a certidão de viabilidade autorizando o parcelamento em seu imóvel, deverá solicitar à Prefeitura as diretrizes para traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamentos urbanos e comunitários, apresentando, para esse fim, requerimento acompanhado do título de propriedade do imóvel e planta da área a ser loteada, contendo:

- I. as divisas da gleba a ser loteada;
- II. as curvas de nível, de metro em metro, com cotas relativa ao RN (referência de nível) da cidade;
- III. a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;
- IV. a indicação dos arruamentos contíguo a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
- V. o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina e seu Plano Urbanístico, definindo as restrições para desdobramento de lotes.”

VI. as características, dimensões e localização das zonas de uso, contíguas.

Art. 33 A Prefeitura indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes do planejamento municipal:

- I. as ruas ou estradas existente ou projetadas, que compõem o sistema viário do município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;
- II. o traçado básico do sistema viário principal;
- III. a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e a espaços livres de uso público;
- IV. as faixas sanitárias necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não- edificáveis;
- V. o uso do solo permitido para a área a ser loteada;
- VI. a relação dos equipamentos urbanos que deverão ser, obrigatoriamente, projetados e executados pelo loteador, as suas expensas.

§ 1º. A Prefeitura, através do Grupo Especial de Análise – GEA, convergirá ao processo as diretrizes de suas autarquias e empresas, de maneira a expedir em documento único as diretrizes relativas aos serviços a elas afetos.

§ 2º. As diretrizes, que serão, obrigatoriamente, expedidas dentro do prazo de 90 (noventa) dias da data do pedido, vigorarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

#### Subseção V - Do Projeto Urbanístico

Art. 34 Atendendo as diretrizes expedidas pela Prefeitura, o requerente proprietário, orientado pela via da planta devolvida, organizará o projeto na escala indicada e em no mínimo 5 (cinco) vias, bem como seu arquivo eletrônico, sendo aquele assinado pelo profissional devidamente habilitado, inscrito no CREA/CAU e na Prefeitura e pelo proprietário da gleba ou representante legal do empreendimento.

Art. 35 O projeto urbanístico será composto de desenhos, tabelas e memoriais compreendendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- I. Sistema de circulação, espaço livre de uso público (áreas verdes/sistema de lazer), áreas para equipamentos comunitários, área de preservação, faixa “non aedificandi” discriminadas em tabela anexa com suas respectivas percentagens em relação à área total loteada;
- II. Subdivisão das quadras em lotes, com a respectiva numeração, dimensões e áreas. Tal numeração deverá tomar por base sempre o primeiro lote do quadrante norte e prosseguir no sentido horário;

III. Recuos exigidos, devidamente cotados em tabela;

IV. Dimensões lineares e angulares do projeto, raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias em curva, assim como “grades” de todas as vias;

V. Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de comunicação e praças, nas seguintes escalas: horizontal de 1:1.000 e vertical de 1:100;

VI. Indicações dos marcos de alinhamento e nivelamento, localizadas nos ângulos das vias projetadas e amarradas à referência de nível existente e identificável;

VII. Indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais;

VIII. Descrição sucinta do loteamento, com suas características e destinação;

IX. Condições urbanísticas do loteamento e limitações que incidam sobre os lotes e suas construções, além das já constantes nas normas de planejamento do Município;

X. Indicação dos equipamentos de infra-estrutura urbana, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no local e adjacências, bem como o modo de estabelecer as conexões necessárias à sua utilização.

XI. Exemplar do contrato-padrão de promessa de venda, de cessão ou de promessa de cessão, do qual conste o Plano Urbanístico do loteamento, definindo as restrições para desdobramentos de lotes.

XII. Assinatura do proprietário ou representante legal (com o n.º do CPF e RG);

XIII. Nome, assinatura, número do CREA/CAU e número da ART do responsável técnico inscrito na Prefeitura; e

XIV. Cópia autenticada da ART/RRT.

Art. 36 A Prefeitura, por meio de seus órgãos competentes se pronunciará sobre o projeto urbanístico, manifestando ou não seu acordo no prazo de até 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: Com a aceitação dos órgãos municipais competentes e deferimento do Chefe do Executivo, será aprovado o projeto urbanístico, com consequente expedição da Certidão de Conformidade, que terá validade de 18 (dezoito) meses.

#### Subseção VI - Dos Projetos de Infraestrutura

Art. 37 Havendo aprovação preliminar do projeto urbanístico, o interessado procederá à elaboração dos projetos e equipamentos de infraestrutura básica de que trata a Seção VI deste capítulo e o encaminhamento para aprovação junto às autoridades, tais como: Concessionária de Energia Elétrica, CETESB, SAECIL e GRAPROHAB.

§ 1º. O loteador encaminhará ao GRAPROHAB o projeto de arborização pré-analisado pelo órgão municipal competente;

§ 2º. Os departamentos da Prefeitura somente examinarão os projetos de sua competência, após a juntada das aprovações dos órgãos federais e estaduais, bem como da Concessionária de Energia Elétrica e da SAECIL, segundo suas atribuições.

#### Subseção VII - Da Aprovação

Art. 38 Satisfeitas as exigências das fases anteriores, o interessado apresentará os projetos de infraestrutura, o cronograma físico-financeiro de obras e o projeto urbanístico definitivo, para sua aprovação junto à Prefeitura Municipal. Se aprovado, será expedido competente Decreto do Executivo, no qual o empreendedor se obrigará:

I. A executar, no prazo estabelecido pelo cronograma de obras, a abertura das vias de circulação e praças, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento de concreto, e a execução dos equipamentos de infraestrutura urbana exigidos por lei;

II. A facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços.

Parágrafo único: Nenhum Decreto ou licença para executar o loteamento urbano será concedido sem que o loteador preste a garantia prevista no artigo 23 desta lei;

Art. 39 Pagos os emolumentos devidos e prestada a garantia prevista no artigo 23 desta lei, será expedido o Decreto do Executivo através do órgão competente.

Art. 40 Todas as áreas a que se refere o artigo 13, bem como as obras e serviços exigidos pelo artigo 22 passarão, no ato do registro do plano de parcelamento do solo, a fazer parte integrante do patrimônio do Município, sem qualquer direito à indenização.

Art. 41 A Prefeitura só expedirá Alvará para construção, demolição, reconstrução, bem como reformas ou ampliação de construções em terrenos localizados em loteamentos aprovados, liberados e recebidos pelo Município.

#### Subseção VIII - Da Liberação

Art. 42 Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos, a Prefeitura, a requerimento do interessado e após vistoria de seus órgãos competentes, verificará se as obras e serviços foram executados de acordo com os projetos e normas, para que o loteador obtenha a liberação da caução.

Parágrafo único: O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de: I. Projeto urbanístico aprovado e respectivo arquivo eletrônico, que será considerado oficial para todos os efeitos.

Art. 43 O Poder Executivo, através de decreto, dará conhecimento aos interessados da sua aprovação e liberação.

Art. 44 Não caberá à Prefeitura qualquer responsabilidade pela diferença de medidas dos lotes ou quadras que o comprador venha a encontrar em relação às medidas dos planos de parcelamentos do solo aprovados.

#### Subseção IX - Da comercialização dos lotes

Art. 45 O loteador responderá civil e criminalmente perante os compradores e ao Poder Público, no caso de venda antecipada dos lotes antes da Prefeitura Municipal dar a aprovação total das obras obrigatórias previstas no artigo 22.

#### Seção VI - Do Desdobro, fracionamento, desmembramento e unificação de



## lotes e glebas

Art. 46 Em qualquer caso de anexação, desdobro, desmembramento, fracionamento, reagrupamento, retalhamento e unificação de lote(s) ou gleba(s), devidamente cadastrados na Prefeitura, será indispensável sua aprovação, mediante apresentação de projeto elaborado por profissional habilitado e inscrito na Prefeitura, bem como matrícula registrada atualizada do imóvel em nome do proprietário(s).

§ 1º. As exigências do presente artigo são obrigatórias inclusive nos seguintes casos:

- I. Quando existirem apenas 2 (dois) lotes ou 2 (duas) glebas;
- II. Quando se tratar de anexação de pequena faixa ou parte de um lote para ser incorporada a outro, devendo esta restrição ficar expressa e constar na escritura de transmissão do imóvel.

Art. 47 Em qualquer caso de desdobro de lote(s) ou gleba(s) no Município de Leme, deverá ser cumprido os seguintes requisitos:

I. que os lotes resultantes tenham a área mínima de 125 m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros;

II. que a área a ser desdobrada não esteja incluída em Z.E.R (Zona Exclusivamente Residencial) ou Z.E.I (Zona Exclusivamente Industrial), assim definidas pela legislação municipal pertinente;

III. que o interessado comprove, juntamente com o pedido, que é o legítimo proprietário do imóvel que pretende desdobrar, mediante a apresentação da certidão atualizada da respectiva matrícula imobiliária.

§ 1º. Na hipótese do título de transmissão de propriedade do interessado ainda não ter sido submetido ao competente registro imobiliário, seu pedido somente será analisado se for instruído com cópia autêntica do referido documento e da certidão mencionada no inciso III supra, e, ainda, se dele constar expressamente, a anuência do alienante e da pessoa que constar da respectiva matrícula como sendo o proprietário do imóvel a ser desdobrado.

§ 2º. Caso se constate, a qualquer tempo, que a certidão de matrícula apresentada como atual não tem correspondência com os registros e averbações cartorárias da época de sua apresentação, além das sanções penais cabíveis, será considerada insubsistente a aprovação concedida pela Prefeitura Municipal.

§ 3º. Serão indeferidos, de plano, os pedidos feitos pelas pessoas que detiverem a posse do lote a ser obtido com o pretendido desdobro, sendo considerados interessados, para os fins previstos nesta lei, exclusivamente os titulares do imóvel a ser desdobrado.

§ 4º. Ficam desobrigados das exigências previstas nos incisos I e II do "caput" deste artigo os desdobros cujas áreas sejam destinadas a incorporação a lote contíguo, deste não podendo ser destacadas sem que sejam observados os requisitos constantes desta lei.

§ 5º. Aplicam-se aos lotes desdobrados as disposições previstas nas leis municipais que disciplinam o uso e a ocupação do solo de Leme.

## Capítulo II - Das Urbanizações Especiais

Art. 48 Os planos de urbanizações especiais deverão seguir, naquilo que couber, os dispositivos dos artigos 12 e 22 desta lei.

## Seção I - Do Loteamento Fechado

Art. 49 Considera-se loteamento fechado como sendo o loteamento murado em alvenaria, no todo ou em parte do seu perímetro, com no mínimo 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de altura.

Parágrafo único: Conceitua-se, para fins de aprovação e registro, o loteamento fechado como sendo a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação para fins residenciais, com abertura de novas vias de circulação e ou prolongamento de vias existentes, assim como de logradouros públicos, devendo a gleba ser fechada no todo ou em parte do seu perímetro, de modo a permitir o controle do acesso à porção fechada, cabendo aos proprietários o custeio da manutenção das obras e dos serviços internos à gleba.

Art. 50 Os espaços livres de uso público (áreas verdes/sistemas de lazer) e o sistema viário (vias de circulação), que serão objeto de permissão de uso, deverão ser definidos por ocasião da aprovação do loteamento.

Art. 51 A permissão de uso dos espaços livres de uso público e do sistema viário, dentro da porção fechada, somente será autorizada quando os loteadores submeterem a administração dos mesmos à Associação dos Proprietários, constituída sob a forma de pessoa jurídica, com explícita definição de responsabilidade para aquela finalidade.

Art. 52 As áreas institucionais sobre as quais não incidirá permissão de uso serão definidas por ocasião do projeto do loteamento, deverão estar situadas externamente e serão mantidas sob responsabilidade da Associação dos Proprietários, que exercerá, supletivamente, a defesa da utilização prevista no projeto até que a Prefeitura desempenhe plenamente esta função.

Art. 53 Os espaços livres de uso público e o sistema viário, dentro da porção fechada, definidos por ocasião da aprovação do loteamento serão objeto de permissão de uso por tempo indeterminado, podendo esta medida ser revogada a qualquer momento pela Prefeitura Municipal, se houver necessidade, devidamente comprovada e sem implicar em ressarcimento.

Parágrafo único: A permissão de uso referida nesta Seção será outorgada, direta e exclusivamente, à Associação dos Proprietários.

Art. 54 Fica a Prefeitura Municipal autorizada a outorgar o uso de que trata esta Seção, nos seguintes termos:

- I. A permissão de uso e a aprovação do loteamento serão formalizadas por decreto do Poder Executivo;
- II. A outorga da permissão de uso deverá constar no registro do loteamento em Cartório de Registro de Imóveis;
- III. No decreto de outorga da permissão de uso deverão constar todos os encargos relativos à manutenção e à conservação dos bens públicos em causa;
- IV. Igualmente deverá constar do mesmo decreto, estabelecendo que qualquer outra utilização das áreas públicas será objeto de autorização específica da Prefeitura Municipal.

Art. 55 Será de inteira responsabilidade da Associação dos Proprietários a

obrigação de desempenhar:

- I. Os serviços de manutenção das árvores e poda;
- II. A manutenção e conservação das vias públicas de circulação, do calçamento e da sinalização de trânsito;
- III. Coleta e remoção de lixo domiciliar internas;
- IV. Limpeza das vias públicas;
- V. Prevenção de sinistros;
- VI. Manutenção e conservação da rede de iluminação pública;
- VII. Outros serviços e obras internos;
- VIII. Garantia de acesso e ação livre e desimpedida das autoridades e entidades públicas que zelam pela segurança e bem-estar da população.

§ 1º. A Associação dos Proprietários poderá, a fim de dar cumprimento aos incisos deste artigo e sob sua responsabilidade, firmar convênios ou contratar órgãos públicos ou entidades privadas;

§ 2º. O Município arcará com o consumo de energia elétrica da iluminação pública, citada no inciso IV do artigo 22 desta lei, somente após liberação definitiva do empreendimento nos termos do Decreto de Liberação.

Art. 56 Caberá à Prefeitura Municipal a responsabilidade pela determinação, aprovação e fiscalização das obras de manutenção dos bens públicos.

Art. 57 Quando a Associação dos Proprietários se omitir na prestação desses serviços e houver desvirtuamento na utilização das áreas públicas, a Prefeitura Municipal assumi-los-á, determinando o seguinte:

I. Perda do caráter de loteamento fechado;

§ 1º. Quando a Prefeitura Municipal determinar a retirada das benfeitorias, tais como fechamentos, portarias e outros, estas obras e serviços serão de responsabilidade dos proprietários;

§ 2º. Caso não cumprido o parágrafo anterior nos prazos determinados, as obras e serviços serão executados pela Prefeitura, cabendo à Associação dos Proprietários o ressarcimento de seus custos.

Art. 58 Será permitido à Associação dos Proprietários controlar o acesso à área fechada do loteamento.

Parágrafo único: Para que a Associação promova o controle descrito no caput deste artigo a entidade poderá construir guaritas em suas entradas, a critério do órgão municipal competente, desde que não interfira no trânsito externo do loteamento.

Art. 59 As despesas do fechamento do loteamento, bem como toda a sinalização que vier a ser necessária em virtude de sua implantação serão de responsabilidade da Associação dos Proprietários.

Art. 60 As disposições construtivas e os parâmetros de ocupação do solo a serem observados para edificações nos lotes de terrenos deverão atender às exigências definidas pelas leis municipais vigentes, para a zona de uso onde o loteamento estiver localizado.

Art. 61 Após a publicação do decreto de outorga da permissão de uso, a utilização das áreas públicas internas do loteamento, respeitados os dispositivos legais vigentes, poderá ser objeto de regulamentação própria normatizada pela Associação dos Proprietários, enquanto perdurar a citada permissão de uso.

Parágrafo único: A fim de dar a devida publicidade ao regulamento da vida comunitária e de uso dos espaços livres, documento este assinado por todos os adquirentes dos lotes, para que todos os futuros adquirentes, nas alienações ou credores, na constituição de direitos reais sobre esses lotes possam tomar conhecimento das obrigações assumidas pelos proprietários, a Associação deverá providenciar, com base no disposto na Lei de Registros Públicos, a averbação do regulamento na Matrícula do Serviço de Registro Imobiliário onde o loteamento foi registrado.

Art. 62 Quando da descaracterização de loteamento fechado com abertura ao uso público das áreas objeto de permissão de uso, as mesmas passarão a reintegrar normalmente o sistema viário e de lazer do Município, bem como as benfeitorias nelas executadas, sem quaisquer ônus.

Parágrafo único: Se por razões urbanísticas for necessário intervir nos espaços públicos sobre os quais incide a permissão de uso segundo esta lei, não caberá à Associação dos Proprietários qualquer indenização ou ressarcimento por benfeitorias eventualmente afetadas.

Art. 63 A aprovação e a licença para execução de loteamento fechado depende de análise prévia dos órgãos competentes municipais e anuência do Chefe do Executivo.

Art. 64 O projeto de loteamento fechado deve obedecer os seguintes parâmetros:

- I. Densidade bruta máxima da porção fechada: 500 (quinhentos) habitantes/ha;
- II. Número máximo de unidades habitacionais (domicílios) na parte fechada: 500 (quinhentas);
- III. Lote habitacional unifamiliar mínimo de 600,00 (seiscentos) m<sup>2</sup>, com frente mínima de 15,00 (quinze) m;
- IV. Área máxima fechada: 21 (vinte e um) hectares, podendo a ela ser acrescida área verde ou destinada a equipamentos comunitários;

Parágrafo único: A área e a frente mínimas previstas pelo inciso III deste artigo, poderão ser reduzidas para até 360 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) e 12m (doze metros), desde que o loteador, além das obras previstas pelo artigo 22, venha dotar o loteamento, dentro do mesmo prazo, de centro recreativo, de acordo com o projeto que deverá integrar o do loteamento.

Art. 65 O encaminhamento do pedido de aprovação, implantação e registro de loteamento fechado deverá ser feito pelo proprietário da gleba, investido na forma de pessoa jurídica.

§ 1º. A utilização dos espaços internos no loteamento fechado de uso comum e privativo, respeitados os dispositivos legais vigentes, poderá ser objeto da regulamentação própria da entidade promotora do empreendimento, cujos termos constarão do instrumento de venda e compra;

§ 2º. Os espaços livres de uso público poderão ser distribuídos dentro ou fora do loteamento fechado e as áreas institucionais deverão ser distribuídas fora do lote-

amento fechado e serão consideradas, em seu conjunto, para efeito de atendimento das exigências legais;

Art. 66 As cláusulas restritivas a utilização de imóveis deverão constar dos instrumentos de venda, bem como do registro da escritura pública.

### Seção III - Do Condomínio Residencial Fechado

Art. 67 Entende-se por condomínio residencial fechado o conjunto de moradias dispostas horizontal ou verticalmente, fechado com muro, no todo ou em parte do seu perímetro, com no mínimo 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de altura, com as seguintes características:

I. O objeto da venda é uma edificação autônoma, à qual está integrada área de terreno;

II. O objeto do direito de propriedade é constituído por uma fração ideal de terreno, das partes comuns e mais a unidade autônoma;

III. As vias de comunicação, praças, áreas verdes e espaços livres internos ao condomínio são de propriedade de todos os condôminos, os quais terão uma fração ideal nestes logradouros comuns;

IV. O perímetro de área de condomínio é fechado e o acesso ao mesmo está sujeito à fiscalização condominial;

V. O registro de condomínio fechado está regulamentado pela Lei Federal nº. 4.591, de 16 de dezembro de 1964; e

§ 1º. São obrigatórias a elaboração de projeto e a execução, pelo proprietário do condomínio residencial fechado, dos equipamentos de infra-estrutura citados no artigo 22 desta lei.

§ 2º. O proprietário do condomínio residencial fechado ou os condôminos arcarão com o consumo de energia elétrica da iluminação pública.

§ 3º. As decisões das Assembléias Condominiais subordinam-se aos dispositivos constantes desta lei.

Art. 68 Não será permitida a implantação de condomínios fechados com divisa comum.

Art. 69 O interessado na implantação de condomínio fechado deverá solicitar diretrizes prévias ao Município:

§ 1º. Constatada a inviabilidade de suporte da infra-estrutura existente na área de implantação do condomínio, o ônus para sua adequação será de responsabilidade do empreendedor.

Art. 70 O projeto urbanístico de condomínio residencial fechado obedecerá os seguintes parâmetros:

I. O acesso entre a via pública e a parte fechada deverá contar com dispositivos de acomodação do fluxo de veículos de forma a garantir o livre trânsito na via pública;

II. O número mínimo de vagas de estacionamento para veículos, cobertas ou descobertas, será de 01 (uma) para cada unidade autônoma de até 100,00 (cem) m<sup>2</sup> de área construída e de 02 (duas) para unidades com área construída acima de 100,00 (cem) m<sup>2</sup>;

III. As áreas de uso público deverão, obrigatoriamente, estar localizadas no imóvel objeto do empreendimento e poderão ser distribuídas, no todo ou em parte, dentro ou fora da porção fechada;

IV. Para os condomínios horizontais é obrigatória a reserva dos 5% (cinco por cento) destinados às áreas institucionais (equipamentos comunitários e equipamentos urbanos), conforme inciso III do artigo 13º desta lei, na porção externa do empreendimento, com frente para a via pública

V. Para os condomínios verticais, a serem implantados em área superior a 0,6 hectares também é obrigatória a reserva dos 5% (cinco por cento) destinados às áreas institucionais (equipamentos comunitários e equipamentos urbanos), conforme inciso III do artigo 13º desta lei, na porção externa do empreendimento, com frente para a via pública.

### Seção IV - Do Conjunto Habitacional de Interesse Social

Art. 71 Os loteamentos e os conjuntos habitacionais de interesse social só terão seus projetos aprovados pela Prefeitura Municipal quando inseridos em ZEIS – Zona Especial de Interesse Social.

Art. 72 As áreas reservadas em todos os loteamentos e em conjuntos habitacionais de interesse social, sem ônus para o Município, destinadas ao sistema de circulação, espaços livres de uso público e áreas institucionais, corresponderão a 45% (quarenta e cinco por cento), no mínimo, da área total dos terrenos, assim distribuídas:

I. 20% (quinze por cento) para o sistema viário;

II. 20% (vinte por cento) para espaços livres de uso público (áreas verdes/sistemas de lazer);

III. 5% (cinco por cento) para áreas institucionais (equipamentos comunitários e equipamentos urbanos).

§ 1º. Não atingindo o sistema viário, a porcentagem prevista no inciso I deste artigo, a área necessária para complementar este índice será adicionada aos espaços livres de uso público (área verde/sistema de lazer).

§ 2º. Quando o loteamento ou o conjunto habitacional for executado pelo Poder Público Municipal, as exigências dos incisos II e III deste artigo poderão ser dispensadas até o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que a área se insira em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, definida em legislação específica e o entorno do empreendimento possua condições de espaços livres de uso público e áreas institucionais para também absorver as demandas do loteamento ou conjunto habitacional.

§ 3º. As áreas previstas neste artigo não poderão ficar encravadas entre lotes nem possuir declividade superior a 12% (doze por cento).

§ 4º. Cabe à Prefeitura Municipal estabelecer a melhor localização das áreas a serem reservadas no loteamento, de modo a garantir sua otimização de acordo com os fins a que se destinam.

Art. 73 Os lotes resultantes dos loteamentos habitacionais deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I. As dimensões dos lotes de loteamentos de conjuntos habitacionais, considerados de interesse social, poderão ser reduzidas até o limite de 154,00 (cento e cinquenta e quatro) m<sup>2</sup>, com frente mínima de 7,00 (sete) m;

II. Os lotes de esquina obedecerão o alinhamento que corresponde aos raios

de concordância estabelecidos no Plano Diretor.

Art. 74 Todos os demais requisitos e parâmetros urbanísticos exigidos para os loteamentos comuns também deverão ser respeitados para os loteamentos ou conjuntos habitacionais de interesse social.

Art. 75 Os loteamentos de interesse social também poderão ocorrer se estiverem atrelados à construção de unidades habitacionais, o que lhes atribui também a característica de Loteamento de Interesse Social, ficando autorizado a sua comercialização na forma de unidades habitacionais.

Art. 76 Para a aprovação de loteamentos de interesse social o Executivo exigirá a construção de creche, unidade escolar, obra de equipamento urbano, ou mesmo ainda máquinas, veículos e/ou equipamentos compatíveis com o empreendimento, desde que demonstrado interesse social e público, mediante a incorporação destes ao patrimônio do Município.

Parágrafo único: A exigência de que trata o caput deste artigo não exclui as exigências do artigo 22 desta Lei Complementar.

### Seção VI - Dos Loteamentos Industriais

Art. 77 Só será permitido o parcelamento do solo para fins de implantação de loteamentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, situados em áreas que, por suas características e situação, sejam próprias, sem gerar impactos negativos insuportáveis nas atividades vizinhas.

Art. 78 As áreas reservadas em todos os loteamentos para implantação de indústrias, comércio e de prestação de serviços, sem ônus para o Município, destinadas ao sistema viário, áreas de bens dominiais e áreas institucionais, corresponderão a reserva de 45% (quarenta e cinco por cento), no mínimo, da área total da gleba, assim distribuídas:

I- 20% (vinte por cento) para o sistema viário;

II- 20% (vinte por cento) para espaços livres de uso público (áreas verdes/sistemas de lazer);

III- 5% (cinco por cento) para áreas institucionais (equipamentos comunitários e equipamentos urbanos).

§ 1º. Não atingindo o sistema viário a porcentagem prevista no inciso I, a área necessária para complementar este índice será adicionada à área de bem dominial;

§ 2º. As áreas de bens dominiais serão localizadas pela Prefeitura em porções únicas e em parcelas de terrenos que, por sua configuração topográfica, não apresentem declividade superior a 7,5% (sete vírgula cinco por cento), admitindo-se terraplenagem para adequar os terrenos à declividade exigida, inclusive com proteção vegetal e/ou muro de arrimo, se for o caso, tudo a ser executado pelo loteador;

§ 3º. As áreas de bens dominiais poderão ser destinadas ao uso misto e de lazer dos trabalhadores pertencentes às indústrias, comércio e de prestadores de serviços do respectivo loteamento. A outorga onerosa das áreas de bens dominiais para uso misto e de lazer será objeto de lei específica;

§ 4º. Todo loteamento industrial, comercial e de prestação de serviços deverá estar a uma distância mínima de 40,00 (quarenta) metros dos lotes residenciais vizinhos, cuja medida deverá ser considerada a partir do alinhamento dos lotes, podendo esta área ser utilizada pelo sistema viário ou integrar faixa de proteção tipo área verde;

§ 5º. As áreas de preservação permanente poderão ser excluídas para fins de porcentagem do caput deste artigo;

Art. 79 Os lotes resultantes de planos de loteamentos industriais deverão possuir as seguintes dimensões:

I. Área mínima do lote de 1.000,00 (um mil) m<sup>2</sup>, frente mínima de 20,00 (vinte) m e para:

II. Área de lote de 1.000,00 (um mil) m<sup>2</sup> até 2.500,00 (dois mil e quinhentos) m<sup>2</sup>, frente mínima de 25,00 (vinte e cinco) m;

III. Área de lote acima de 2.500,00 (dois mil e quinhentos) m<sup>2</sup> até 10.000,00 (dez mil) m<sup>2</sup>, frente mínima de 35,00 (trinta e cinco) m;

IV. Área de lote acima de 10.000,00 (dez mil) m<sup>2</sup>, frente mínima de 50,00 (cinquenta) m.

Art. 80 Os planos de arruamento deverão ser executados de modo a obter-se a melhor disposição para as áreas destinadas ao parcelamento, visando sua real utilização.

§ 1º. Para os planos de arruamento, o gabarito mínimo das vias será G-2 de 18,00 (dezoito) m;

§ 2º. As praças de retorno circulares terão diâmetro mínimo de 35,00 (trinta e cinco) m;

§ 3º. As praças de retorno somente serão necessárias quando as vias que terminarem nas divisas do loteamento tiverem lote ou lotes voltados para seu leito.

Art. 81 São obrigatórias a elaboração de projeto e a execução pelo proprietário, nos terrenos a lotear, de todos as obras de infraestrutura previstas no artigo 24 desta lei.

Art. 82 Somente gerarão direito ao desmembramento, desdobro, remembramento, lote ou lotes resultantes de parcelamentos que satisfizerem as exigências do artigo 91 desta lei.

## TÍTULO III - DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

### Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 83 Fica autorizado o Município de Leme a tomar medidas e procedimentos jurídicos, urbanísticos, ambientais e sociais para Regularização Fundiária Urbana (Reurb), com o objetivo de realizar a incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, nos termos da Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017.

Parágrafo único: Os procedimentos mencionados no caput deste artigo poderão ser aplicados aos núcleos urbanos informais comprovadamente existentes no território municipal, até 22 de dezembro de 2016.

Art. 84 Para fins de regularização, consideram-se:

I. núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista em legislação vigente, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

II. núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III. núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

IV. demarcação urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a ser promovida a critério do Município;

V. Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

VI. legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

VII. legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

VIII. ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais.

#### Seção I - Dos Objetivos

Art. 85 Constituem objetivos da Reurb no âmbito Municipal:

I. identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

II. criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;

III. ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

IV. promover a integração social e a geração de emprego e renda;

V. estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;

VI. garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

VII. garantir a efetivação da função social da propriedade;

VIII. ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

IX. concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;

X. prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;

XI. conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;

XII. franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

#### Seção II - Dos Procedimentos Administrativos

Art. 86 Para fins de regularização dos núcleos urbanos informais identificados, a Prefeitura poderá dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edifícios estabelecidos nesta lei, conforme o caso.

§ 1º. Constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Estados ou Municípios, a Regularização observará, também, o disposto nos artigos 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, no âmbito da Reurb, que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.

§ 2º. No caso da regularização abranger área de unidade de conservação de uso sustentável que, nos termos da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, admita regularização, será exigida também a anuência do órgão gestor da unidade, desde que estudo técnico comprove que essas intervenções de regularização fundiária implicam a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior.

§ 3º. Na Regularização cuja ocupação tenha ocorrido às margens de reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia ou ao abastecimento público, a faixa da área de preservação permanente consistirá na distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima.

§ 4º. Aplicam-se as disposições desta Lei aos imóveis localizados em área rural, desde que a unidade imobiliária tenha área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.

Art. 87 A aprovação municipal da regularização de que trata o artigo anterior corresponde à aprovação urbanística do projeto de regularização fundiária, bem como à aprovação ambiental.

Parágrafo único: A aprovação ambiental da regularização prevista neste artigo poderá ser feita pelos Estados na hipótese de o Município não dispor de capacidade técnica para a aprovação dos projetos.

Art. 88 Na Reurb, o Município de Leme, conforme o caso, poderá admitir o uso misto de atividades como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal a ser regularizado.

Art. 89 A partir da disponibilidade de equipamentos e infraestrutura para prestação de serviço público de abastecimento de água, coleta de esgoto, distribui-

ção de energia elétrica, ou outros serviços públicos, é obrigatório aos beneficiários da Reurb realizar a conexão da edificação à rede de água, de coleta de esgoto ou de distribuição de energia elétrica e adotar as demais providências necessárias à utilização do serviço, salvo disposição em contrário nas legislações vientes.

Art. 90 Poderão requerer a Reurb:

I. a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;

II. os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

III. os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores;

IV. a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e

V. o Ministério Público.

§ 1º. Os legitimados poderão promover todos os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro.

§ 2º. Nos casos de parcelamento do solo, de conjunto habitacional ou de condomínio informal, empreendidos por particular, a conclusão da Reurb confere direito de regresso àqueles que suportarem os seus custos e obrigações contra os responsáveis pela implantação dos núcleos urbanos informais.

§ 3º. O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativas, civil ou criminal.

### TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, PENAS E FINAIS

#### Capítulo I - Das Disposições Gerais

##### Seção I - Da Responsabilidade Técnica

Art. 91 Para efeitos desta lei, somente profissionais habilitados e devidamente inscritos na Prefeitura poderão assinar, como responsáveis técnicos, qualquer projeto, incluindo desenhos e memoriais a serem submetidos à aprovação dos departamentos competentes.

Parágrafo único: A responsabilidade civil, penal e administrativa pelos serviços de projeto, cálculo e especificação cabe aos seus autores e responsáveis técnicos e a decorrente da execução das obras aos profissionais que as construírem.

#### Capítulo II - Das Infrações e Penalidades

##### Seção I - Das Disposições Preliminares

Art. 92 Qualquer infração às diretrizes para parcelamento do solo estabelecidas nesta lei implicará em notificação para que o imóvel se adapte às condições locais de uso estabelecidas por lei, com o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por dois períodos de 30 (trinta) dias, a juízo da Prefeitura.

Parágrafo único: Findo o prazo concedido e persistindo a infração será cobrada diariamente uma multa igual a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), até que cesse a infração e proceder-se-á ao cancelamento da licença de funcionamento e ao embargo do uso irregular do imóvel, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

Art. 93 A infração a qualquer dispositivo desta lei está sujeita a penalidades.

§ 1º. No caso de infrações nos serviços ou obras, as penalidades imputadas ao proprietário serão as seguintes:

I. Notificação;

II. Auto de Infração;

III. Cassação do alvará de implantação dos serviços ou obras;

IV. Multas;

V. Embargos dos serviços ou obras.

§ 2º. A Prefeitura, através de seu órgão competente, representará ao CREA/CAU - região deste município, contra o profissional habilitado que, no exercício de suas atividades, violar os dispositivos desta lei.

Art. 94 O Auto de Infração será lavrado pelo fiscal ou por autoridade competente em 3 (três) vias, destinando-se a primeira ao autuado, que conterá:

I. Nome da pessoa física ou denominação do estabelecimento, razão social da entidade autuada, sendo válido, ainda, o nome fantasia que a identifique;

II. O ato ou fato constitutivo da infração, o local, hora e data respectivos;

III. A disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV. Indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V. Prazo de 15 (quinze) dias para a defesa ou impugnação do auto de infração;

VI. Nome e cargo legíveis da autoridade e sua assinatura;

VII. A assinatura do autuado ou de seu representante legal, e em caso de recusa a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e assinatura de 2 (duas) testemunhas;

VIII. Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá ser cientificado do auto de infração por meio de carta registrada com AR - Aviso de Recebimento, ou por Edital publicado na imprensa local, considerando-se efetiva a notificação 5 (cinco) dias após a publicação.

Art. 95 O não cumprimento da obrigação subsistente no prazo fixado, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação de infração, até o exato cumprimento da obrigação e sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 96 Havendo interposição de recurso o processo será julgado pelo Poder Público Municipal, em primeira instância.

Art. 97 Em caso de indeferimento de recurso, poderá o infrator recorrer, em última instância, ao Chefe do Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua ciência.

Art. 98 Denegados os recursos, o infrator terá o prazo de 5 (cinco) dias para o recolhimento da multa com seus acréscimos legais.

Art. 99 A aplicação das penalidades estabelecidas nesta lei não isenta o infrator das que lhe forem aplicáveis pelos mesmos motivos e previstas na legislação



federal ou estadual, nem da obrigação de reparar os danos resultantes da situação.

#### Seção II - Da Cassação da Licença de Execução de Serviços e Obras

Art. 100 A cassação do alvará de implantação de serviços ou obras de parcelamento do solo ou urbanizações especiais será aplicada nos seguintes casos:

- I. Quando for modificado projeto aprovado sem a prévia autorização do órgão competente, mediante apresentação de projeto ou plano modificativo;
- II. Quando forem executados serviços ou obras em desacordo com os dispositivos desta lei.

#### Seção III - Das Multas

Art. 101 As multas aplicáveis aos proprietários serão as seguintes:

- I. Executar obras em desacordo com as normas técnicas desta lei: R\$ 10,00/m<sup>2</sup> (dez reais por metro quadrado) da área total do parcelamento;
- II. Executar qualquer obra de parcelamento sem o respectivo alvará: R\$ 50,00/m<sup>2</sup> (cinquenta reais por metro quadrado) da área total do parcelamento;
- III. Executar obras de parcelamento sem responsabilidade de profissional regularmente habilitado e registrado na Prefeitura: R\$ 25,00/m<sup>2</sup> (vinte e cinco reais por metro quadrado) da área total do parcelamento;
- IV. Faltar com as precauções necessárias para a segurança de pessoas ou propriedades ou, de qualquer forma, danificar ou acarretar prejuízo a logradouros públicos, em razão da execução de obras: R\$ 2,00/m<sup>2</sup> (dois reais por metro quadrado) da área total do parcelamento, além da reparação dos danos causados;
- V. Anunciar, por qualquer meio, a venda, promessa ou a cessão de direitos relativos a imóveis, com pagamento à vista ou a prazo, sem aprovação do parcelamento: R\$ 10,00/m<sup>2</sup> (dez reais por metro quadrado) da área total do parcelamento;
- VI. Prometer na venda de lote o seu futuro desmembramento, desde que o lote resultante não tenha no mínimo 250,00 (duzentos e cinquenta) m<sup>2</sup> e frente mínima de 10,00 (dez) m: R\$ 20,00/m<sup>2</sup> (vinte reais por metro quadrado) da área do lote prometido;
- VII. Descumprir o cronograma de execução das obras, ocasionando o atraso no seu andamento: R\$ 1,00/m<sup>2</sup> (um real por metro quadrado) da área total do parcelamento.

Art. 102 Quando verificado que o empreendedor é responsável por algum parcelamento urbanístico irregular ou clandestino, será proibido aprovar e executar outro empreendimento urbanístico no Município até regularizar a situação do antecedente.

Art. 103 Os valores monetários constantes nesta lei serão reajustados na data de 1º de janeiro dos exercícios subsequentes, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no exercício anterior.

Parágrafo Único: No caso de extinção do índice registrado no caput, será adotado outro oficialmente aceito, mediante ato oficial do Executivo.

#### Seção IV - Do Embargo

Art. 104 O embargo será aplicado nos seguintes casos:

- I. Quando estiver sendo executado qualquer serviço ou obra sem prévia licença da Prefeitura ou em desacordo com as prescrições desta lei;
- II. Quando não for atendida a intimação da Prefeitura referente ao cumprimento de dispositivos desta lei.
  - § 1º. O embargo será feito pelo órgão competente de fiscalização da Prefeitura;
  - § 2º. Os serviços ou obras que forem embargados deverão ser imediatamente paralisados, sob pena de multas diárias de 1% (um por cento) do valor estipulado nos incisos do artigo 93 desta lei, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;
  - § 3º. Para assegurar a paralisação do serviço ou obra embargada, a Prefeitura poderá, se for o caso, requisitar força policial;
  - § 4º. O embargo só será suspenso após cumprimento das exigências que o motivaram e mediante apresentação dos respectivos comprovantes do pagamento das multas devidas ou após despacho deferindo o recurso.

#### Capítulo III - Das Disposições Finais

Art. 105 Em nenhum caso se dará licença ou alvará para obras e serviços em desacordo com as exigências desta lei, declarando-se nulos e de nenhum efeito os atos contrários.

Art. 106 Não será fornecida licença ou alvará de construção para edificação de qualquer tipo em terrenos sem plano de urbanização aprovado pela Prefeitura.

Art. 107 Os termos da presente lei não se aplicam aos interessados que tenham entrado com consulta prévia antes da promulgação desta lei, exceto para loteamentos fechados, conforme disposições desta lei.

Art. 108 O Poder Executivo deverá coordenar o processo de monitoramento e execução desta lei e encaminhar à Câmara Municipal o projeto de sua revisão sempre que necessário, a cada período de gestão administrativa, preferencialmente em 5 (cinco) anos ou no máximo em 10 (dez) anos.

Parágrafo único: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Leme, nos termos de legislação específica, poderá sugerir propostas de alteração nesta lei.

Art. 109 As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 110 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas outras disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº. 186 de 13 de novembro de 1996 e suas alterações.

Leme, 24 de outubro de 2019.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO  
Prefeito do Município de Leme

## LEI ORDINÁRIA Nº 3.844, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

*“Dá nova redação ao artigo 4º da Lei ordinária nº 2478 de 13 de Setembro de 2000, que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COSEMA e dá outras providências.”*

Wagner Ricardo Antunes Filho, Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 4º da Lei ordinária nº 2478 de 13 de Setembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação”

Artigo 4º - O CONSEMA terá composição paritária, ou seja, número igual de representantes do poder público e da sociedade civil, a saber:

I – 06 (seis) representantes do Poder Executivo e respectivos suplentes, designados pelo Chefe do Executivo mediante portaria, assim especificados:

- a) – 01 representante da Secretaria do Meio Ambiente;
- b) – 01 representante do Gabinete do Prefeito;
- c) – 01 representante da Secretaria de Serviços Públicos;
- d) – 01 representante da Secretaria da Saúde;
- e) – 01 representante da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme.

f) – 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;

II – 06 (seis) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, indicados por entidade privadas, organizações não governamentais, clubes de serviço, associações diversas, legalmente constituídas, com pelo menos 01 ano de existência, e sediadas no Município de Leme, escolhidos em foro próprio e designados pelo Chefe do Executivo mediante portaria.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 24 de outubro de 2019.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO  
Prefeito do Município de Leme

## DECRETO Nº 7.275, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

*“Declara de utilidade pública os imóveis necessários para garantir o direito de moradia às famílias removida do antigo leito da FEPASA para execução de obras de revitalização e mobilidade urbana conforme termo de cessão provisória de uso gratuito celebrado entre o Município de Leme e a União em 02.09.2015”*

Considerando as obrigações constantes do termo de cessão provisória do leito ferroviário celebrado entre o Município de Leme e a União;

Considerando a utilidade pública na desapropriação do imóvel para a efetiva execução de plano de urbanização, nos termos do artigo 5º, I, do Decreto-Lei 3.365/41;

Considerando a necessidade de garantir o direito à moradia das famílias que serão retiradas do local pelas obras de revitalização e mobilidade urbana;

Considerando o direito da dignidade da pessoa humana e direito social de moradia estável;

Considerando o princípio da segurança jurídica e proteção da confiança e boa-fé;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME/SP, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública os imóveis necessários para garantir o direito de moradia às famílias removidas do antigo leito da FEPASA para execução de obras de revitalização e mobilidade urbana conforme termo de cessão provisória de uso gratuito celebrado entre o Município de Leme e a União em 02.09.2015, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, o imóvel abaixo descrito, a saber:

Um lote de terreno, com construção de prédio residencial de 129,25 m<sup>2</sup> de área edificada devidamente averbada, situado neste município e comarca de Leme, Estado de São Paulo, com área total de 265,00 metros quadrados, localizado com frente para a rua José Lopes da Silva, nº 130, medindo 10,00 metros de frente, nos fundos tem igual medida da frente em confrontação com o lote nº 08, da frente aos fundos, do lado que confronta com os lotes nº 21, 22 e 23, mede 26,00 metros, e, do lado que confronta com o lote nº 11, mede 27,00 metros; imóvel cadastrado na

Prefeitura do Município de Leme 4-1335-00015-00.

Matrícula 10.805 – Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Leme - SP

Imóvel- situado na cidade e comarca de Leme, constituído do lote 7, da quadra “C” do loteamento denominado “Jardim Barra Funda”, com frente para a Rua Adão Leme, lado par, entre as ruas Juvenal Penteado e Basílio Vila Rios, na quadra completada pela rua Manoel Abade, distante 50,00 metros da esquina com a rua Juvenal Penteado, medindo 10,00 metros de frente para a rua Adão Leme, 10,00 (dez metros) de largura na face dos, confrontando com o Grupo Escolar Prof. Queiroz Filho, 30,00 da frente aos fundos de um lado, confrontando com Pedro Joest (lote) e 30,00 da frente aos fundos do outro lado confrontando com Alexandre Clementino Picaldi (prédio), encerrando a área total de 300,00 metros quadrados, com construção de um prédio residencial, o qual recebeu o nº 54.

Matrícula 5.402 – Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Leme - SP

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 24 de outubro de 2019

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO  
Prefeito do Município de Leme

## LEMEPREV

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2019  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019  
EDITAL Nº 004/2019

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria técnica especializada ao LEMEPREV, no prazo de 12 (doze) meses, contemplando assessoria previdenciária, administrativa, financeira, visando a implementação de ações do PRÓ-GESTÃO – Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social de acordo com a legislação pertinente, promovendo a certificação no Nível de Aderência 1 ou superior.

A Diretora Presidente do LEMEPREV, no uso de suas atribuições legais, torna público a todos os interessados o RESULTADO da sessão pública realizada no dia 15/10/2019 do Pregão Eletrônico nº 002/2019, no qual o objeto foi adjudicado, pela pregoeira, a empresa ABCPREC GESTÃO E FORMAÇÃO PREVIDENCIÁRIAS LTDA, cadastrada no CNPJ sob nº 16.778.036/0001-30 no valor de R\$ 79.992,00 (setenta e nove mil e novecentos e noventa e dois reais) e HOMOLOGADO no dia 25/10/2019.

Leme/SP, 25 de outubro de 2019.

CLÁUDIA NANCY MONZANI GONÇALVES DA SILVA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº009/2019

Contratante: RPPS do Município de Leme – LEMEPREV.

Contratada: São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Ltda.

Modalidade: Pregão Presencial nº002/2019.

Objeto: contratação de operadora de planos de assistência à saúde, para prestação de serviços continuados, sem limite financeiro, a fim de garantir cobertura assistencial médico-ambulatorial, hospitalar, com obstetrícia, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde da Organização Mundial de Saúde, aos servidores públicos municipais do LEMEPREV, com observância das disposições da Lei Federal nº 9.656 de 03 de junho de 1998 e demais leis e regulamentações complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Valor Global Estimado: R\$48.314,34 (quarenta e oito mil trezentos e quatorze reais e trinta e quatro centavos).

Prazo: 12 (doze) meses.

Data da assinatura: 09/10/2019.

Suporte legal: Lei 8.666/93 e alterações.

Leme/SP, 16 de outubro de 2019.

CLÁUDIA NANCY MONZANI GONÇALVES DA SILVA  
Diretora Presidente

### EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento da OBASP - ORDEM BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO.

Credenciante: RPPS do Município de Leme – LEMEPREV.

Objeto: Credenciamento para fins de consignação em folha de pagamento

dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Prazo: 12 (doze) meses.

Suporte legal: Lei 8.666/93 e alterações, Lei Complementar Municipal nº 564/2009 e Decreto Municipal nº 6.906/2017.

Leme/SP, 18 de outubro de 2019.

CLÁUDIA NANCY MONZANI GONÇALVES DA SILVA  
Diretora Presidente

## SAECIL SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME

PORTARIA N.º 5.335 de 24/10/2019

Nomeia Membros para Equipe de Apoio em Pregões

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a LC nº 762/2018,

NOMEIA, a partir da presente data, os servidores RENATO GERACI SETTE, portador do RG/SSP/SP nº 35.168.074-3 e WILMA BORGES VIGINOTTI, portadora do RG/SSP/SP nº 17.767.077, como Membros da Equipe de Apoio em Pregões desta autarquia.

Gabinete do Diretor Presidente

Em 24 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO  
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 5.336 de 24/10/2019

Cancela Designação para Membro da Equipe de Apoio em Pregões

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais,

CANCELA, a partir da presente data, a designação do servidor ADRIANO CIARLARIELLO, portador do RG nº 42.754.914-0, como Membro da Equipe de Apoio em Pregões, efetuada por meio da Portaria nº 4.809 de 16/07/2015.

INCORPORA à remuneração do referido servidor o valor de R\$ 78,11 (setenta e oito reais e onze centavos), de acordo com o art. 1º da L.C. Municipal nº 762/2018, correspondente a 1/10 (um décimo) da gratificação pelo exercício da função de confiança no período de 24/10/2018 a 23/10/2019, que integrará o provento de sua aposentadoria.

Gabinete do Diretor Presidente

Em 24 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO  
Diretor Presidente

### PORTARIA N.º 5.337 de 24/10/2019 Cancela Nomeação para Membro da Equipe de Apoio em Pregões

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais,

CANCELA, a partir da presente data, a nomeação da servidora KÁSSIA CRISTINA DE CASTRO PEIXOTO SANTORO, portadora do RG nº 48.859.448-0, como Membro da Equipe de Apoio em Pregões, efetuada por meio da Portaria nº 4.955 de 21/03/2016.

INCORPORA à remuneração da referida servidora o valor de R\$ 78,11 (setenta e oito reais e onze centavos), de acordo com o art. 1º da L.C. Municipal nº 762/2018, correspondente a 1/10 (um décimo) da gratificação pelo exercício da função de confiança no período de 24/10/2018 a 23/10/2019, que integrará o provento de sua aposentadoria.

Gabinete do Diretor Presidente

Em 24 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO  
Diretor Presidente



**EXTRATO DO CONTRATO N.º 33/2019**

CONTRATANTE: SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme.

CONTRATADA: Gr Ind. Com. e Transp. de Produtos Químicos Ltda.

MODALIDADE: Convite n.º 13/2019.

OBJETO: Aquisição de 54.000 quilos de ácido fluossilícico em solução, para uso no tratamento de água, Cota Principal.

VALOR: R\$ 96.660,00 (noventa e seis mil, seiscentos e sessenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

Leme, 22 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO

Diretor-Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 34/2019**

CONTRATANTE: SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme.

CONTRATADA: Kirin Comércio de Produtos Químicos Eireli.

MODALIDADE: Convite n.º 13/2019.

OBJETO: Aquisição de 6.000 quilos de ácido fluossilícico em solução, para uso no tratamento de água, Cota Reservada ME/EPP.

VALOR: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

Leme, 22 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO

Diretor-Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 35/2019**

CONTRATANTE: SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme.

CONTRATADA: Isoil Lamon Indústria de Equipamentos e Serviços de Instrumentação Ltda.

MODALIDADE: Convite n.º 11/2019.

OBJETO: Aquisição de medidores de vazão eletromagnéticos (tubo de vazão, conversor de sinal e outros acessórios), conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital.

VALOR: R\$ 120.811,57 (cento e vinte mil, oitocentos e onze reais e cinquenta e sete centavos).

PRAZO: 90 (noventa) dias.

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2019.

Leme, 23 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO

Diretor-Presidente

PORTARIA N.º 5.334 de 21/10/2019

Dá provimento a cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado do Concurso Público, edital n.º 01/2016,

NOMEIA em caráter efetivo, a partir da presente data, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS previsto pela Lei Complementar n.º 565 de 29/12/2009, a seguinte concursada:

SANY DE LIMA RG/SSP/SP n.º 42.323.540-0

Gabinete do Diretor Presidente

Em 21 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO

Diretor Presidente

PORTARIA N.º 5.333 de 18 de outubro de 2019

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais,

ATRIBUI a função de confiança de Encarregado por Equipe, para ser exercida junto à Divisão de Controle de Perdas, em conformidade com a Lei Complementar n.º 218/1998 e suas alterações, ao servidor:

RODRIGO FERNANDO GUIMARÃES – RG/SSP/SP n.º 41.757.836

Esta portaria entrará em vigor a partir da presente data.

Gabinete do Diretor Presidente

Em 18 de outubro de 2019

MARCOS ROBERTO BONFOGO

Diretor Presidente

PORTARIA N.º 5.332 de 17/10/2019

Cancela Atribuição de Encarregado por Equipe

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais,

CANCELA, a partir de 17 de outubro de 2019, a atribuição de Encarregado por Equipe, efetuada por meio da Portaria n.º 4.728 de 01/04/2015, ao servidor ARGEU JOSÉ DA SILVA, portador do RG n.º 24.296.356.

INCORPORA à remuneração do referido servidor, o valor de R\$ 408,57 (quatrocentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), de acordo com o § 2º, art. 50 da LC Municipal n.º 564/2009, correspondente a 4/10 (quatro décimos) da gratificação pelo exercício da função de confiança no período de 01/04/2015 a 31/03/2019, que integrará o provento de sua aposentadoria.

Gabinete do Diretor Presidente

Em 17 de outubro de 2019.

MARCOS ROBERTO BONFOGO

Diretor Presidente

**PREFEITURA DE LEME****RESUMO DE EDITAL**

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n.º 062/2019; OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para realização de exames diagnósticos em RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; DATA DO PREGÃO: 08 de novembro de 2.019, às 09:00h; LOCAL: Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme – Rua Joaquim Mourão, 289 - centro- Leme/SP; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 26/10/19, junto ao site [www.leme.sp.gov.br](http://www.leme.sp.gov.br) – licitações (gratuito); Publique-se. Leme, 25 de outubro de 2.019

DR. GUSTAVO ANTONIO CASSIOLLATO FAGGION

SECRETÁRIO DE SAÚDE

ÓRGÃO GERENCIADOR

**RESUMO DE EDITAL**

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n.º 063/2019; OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para realização de exames de medicina nuclear - CINTILOGRAFIA; DATA DO PREGÃO: 11 de novembro de 2.019, às 09:00h; LOCAL: Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme – Rua Joaquim Mourão, 289 - centro- Leme/SP; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 26/10/19, junto ao site [www.leme.sp.gov.br](http://www.leme.sp.gov.br) – licitações (gratuito); Publique-se. Leme, 25 de outubro de 2.019

DR. GUSTAVO ANTONIO CASSIOLLATO FAGGION

SECRETÁRIO DE SAÚDE

ÓRGÃO GERENCIADOR

**RESUMO DE EDITAL**

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n.º 064/2019; OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM - ULTRASSONOGRAMA EM GERAL. DATA DO PREGÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2.019, às 09:00h; LOCAL: Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme – Rua Joaquim Mourão, 289, centro, Leme/SP; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 26/10/2019 junto ao site [www.leme.sp.gov.br](http://www.leme.sp.gov.br) – licitações (gratuito); Publique-se.

Leme, 25 de outubro de 2.019

DR. GUSTAVO ANTONIO CASSIOLLATO FAGGION

SECRETÁRIO DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL nº 060/19  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRANGOS SEMI-PROCESSADOS E SALSICHAS PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DIÁRIA, NAS FESTIVIDADES E EM EVENTOS ESPORÁDICOS DOS USUÁRIOS DOS PROJETOS SOCIAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Considerando a regularidade do procedimento;  
Considerando que os preços são compatíveis com os orçamentos;  
HOMOLOGO a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, adjudicando o objeto às licitantes conforme segue:

LOTE 01 - EMPÓRIO PEIXE BOM EIRELI EPP: R\$ 11.740,00  
LOTE 02 - BATUISA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI ME: R\$ 25.140,00

LOTE 03 - EMPÓRIO PEIXE BOM EIRELI EPP: R\$ 16.740,00

Formalize-se as ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.

Leme, 24 de outubro de 2.019

JOSIANE CRISTINA FRANCISCO PIETRO  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ÓRGÃO GERENCIADOR

## COMISSÃO ORGANIZADORA DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Portaria 001/2019, de 14 de outubro de 2019.

Instaura Procedimento Administrativo e designa membros

A presidente da Comissão Organizadora, no uso de suas atribuições legais, à vista das denúncias recebidas, bem como da ata da reunião da Comissão Organizadora, que fazem parte integrante desta, resolve:

INSTAURAR, procedimento Administrativo, para apurar os fatos relatados nas denúncias de Mara Eliana de Souza Martins, Patrick dos Santos Scalco, Camilla Azevedo e Caroline Oliveira de Andrade, em face da Candidata eleita Milena Cristina Albino, fatos estes que envolvem propaganda ilegal em templo religioso (art. 17, da resolução nº 15/2019), transporte de eleitores (art. 23, III da resolução

nº 15/2019) e boca de urna no dia da eleição (art. 23, IV da resolução nº 15/2019).

Para tanto, de acordo com a resolução nº 15/2019, fica nomeada a Comissão Organizadora para conduzir os trabalhos:

Renata Maria Baccaro - Presidente

Bruna Caroline Macias Eloy - Vice-Presidente

Karen Terezinha Baccarin Gomes - 1ª Secretária

Elder Paulo Pazzelli Francelino - 2º Secretário

As normas para a condução dos trabalhos deverão ser as estipuladas na resolução nº 15/2019 – CMDCA, podendo a comissão, utilizar-se subsidiariamente da Lei Complementar Municipal 583/2019, a Constituição Federal, dentre outras previstas na resolução nº 15/2019. O prazo para conclusão será de 60 (sessenta dias)

Instaura-se

Leme, 14 de outubro de 2019

Renata Maria Baccaro

## CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

PREGÃO ELETRÔNICO 02/2019  
Processo administrativo 449/2019

Após análise detalhada do termo de referência, deparou-se com certa inconsistência entre o requerido e o que será necessariamente utilizado por esta Casa de Leis, motivo pelo qual, seguramente DETERMINO o cancelamento do Procedimento Licitatório nº 02/2019, na modalidade Pregão Eletrônico para melhor análise e estudo e posteriormente abertura de novo processo, tudo em prol do princípio da legalidade, interesse público e preservação do erário.

Publique-se e após archive-se o processo administrativo nº 449/19.

Leme/SP, 22 de outubro de 2.019.

Adenir de Jesus Pinto

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME/SP

## RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO -PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL)

MUNICÍPIO: LEME	PERÍODO: 3º Trimestre 2019 - EMPENHADO		valores em R\$
RECEITAS ARRECADADAS	Acumulado	DESPESAS DO ENSINO	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	34.103.941,42	12.122 - Administração Geral da Secretaria de Educação	2.661.822,18
Imposto de Renda Retido na Fonte	4.542.089,53	12.361 - Ensino Fundamental	23.371.431,74
Imposto Transmissão Bens e Imóveis	2.140.819,01	12.365 - Educação Infantil	10.674.631,27
Imposto s Serviços de Qualquer Natureza	14.535.247,76	12.366 - Educação de Jovens e Adultos	-
Dívida Ativa de Impostos	8.906.809,55	12.367 - Educação Especial	1.366.443,91
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	1.292.944,99	( = ) TOTAL DA DESPESA DO ENSINO	38.074.329,10
Multa/Juros provenientes de impostos	147.455,78	( - ) Despesas c/ Recursos do QESE, Convênios e Outros	15.494.015,09
Fundo de Participação dos Municípios	35.071.657,40	( - ) Despesas c/ Rendimentos de Aplicações - Conta LDB	123.942,79
Imposto Territorial Rural	62.101,60	( - ) Despesas c/ Recursos de Operações de Crédito	-
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	-	( = ) TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS PRÓPRIOS	22.456.371,22
Outras transferencias da União	-		
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	39.741.402,94	( = ) Despesas realizadas com Recursos do FUNDEB Cod 261/262	38.046.259,71
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	14.340.614,78	( + ) Valor Efetivamente Retido ao FUNDEB	17.526.196,71
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	302.583,05	( - ) Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEB	
TOTAL RECEITAS IMPOSTOS TRANSF.	R\$ 155.187.667,81	( = ) TOTAL APLICADO NO ENSINO	39.982.567,93
		APLICAÇÃO NO ENSINO (ART. 212 CF)	25,76%
QSE, Convênios e Outros Recursos Adicionais	10.037.863,85		
Rendimentos de Apl. Financeira - LDB	123.942,79	FUNDEB	
Recursos de Operações de Crédito:	-		
Recursos recebidos do FUNDEB	37.076.127,94	Aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB	102,30%
Rend. Aplic. Financeira do FUNDEB	15.308,89	Aplicação nos profissionais do Magistério - FUNDEB	63,20%
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	R\$ 47.353.243,47		
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	R\$ 202.540.911,28	REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º,LEI 9.394/96	21.580.000,00